

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços, para futura e eventual aquisição de caixas de copos de água mineral de 200 ml para atendimento das necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU possui atuação em âmbito nacional e é responsável pela organização, coordenação e execução de eventos esportivos universitários, bem como de ações institucionais e administrativas correlatas, realizadas de forma descentralizada em diversos Estados da Federação. Tais eventos, em regra, envolvem a participação de elevado número de atletas, membros de comissões técnicas, árbitros, dirigentes, equipes de apoio e convidados, demandando adequada estrutura logística para sua realização.

2.2. Considerando a natureza dos eventos promovidos pela CBDU, especialmente aqueles que envolvem prática esportiva de média e alta intensidade, torna-se imprescindível a adoção de medidas voltadas à preservação da saúde, da segurança e do bem-estar dos participantes. As condições climáticas observadas em grande parte do território nacional, aliadas ao esforço físico intenso, elevam significativamente o risco de desidratação, o que impõe a disponibilização contínua de água potável como medida preventiva e de proteção à saúde.

2.3. A oferta de água mineral envasada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes, constitui requisito essencial para assegurar a adequada hidratação dos participantes, atender às boas práticas recomendadas para a realização de eventos esportivos e mitigar riscos à integridade física dos envolvidos, contribuindo diretamente para a regularidade e segurança das atividades desenvolvidas.

2.4. A contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral em copos individuais visa garantir o abastecimento contínuo e padronizado do produto, com qualidade comprovada, acondicionamento adequado e logística compatível com a dinâmica dos eventos realizados pela CBDU, inclusive quanto aos prazos, locais e volumes demandados.

2.5. Ademais, a aquisição de água mineral em embalagens individuais proporciona maior praticidade e agilidade no atendimento aos participantes, reduzindo riscos de contaminação cruzada e assegurando melhores condições de higiene e segurança alimentar durante os eventos.

2.6. Por fim, a adoção de uma contratação centralizada, por meio de procedimento competitivo, possibilita à CBDU a obtenção de melhores condições comerciais, otimização de custos, racionalização de recursos e maior eficiência administrativa, em consonância com os princípios da economicidade, do planejamento e do interesse público.

2.7. Diante do exposto, resta caracterizada a necessidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral, como medida indispensável à adequada execução das atividades institucionais da CBDU e à garantia da qualidade, segurança e excelência na realização de seus eventos.

3. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

3.1. Nos termos da Política de Compras da CBDU, a presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, considerando tratar-se de serviço comum, cujo padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva e precisa, mediante especificações usuais e correntes de mercado.

3.2. A adoção de Pregão Eletrônico justifica-se, ainda, por ser modalidade que garante ampla competitividade possibilitando a participação do maior número possível de fornecedores, em âmbito nacional, promovendo a isonomia entre os participantes.

3.3. Adicionalmente, o critério de julgamento a ser adotado será a de menor preço por item, em conformidade com o princípio da economicidade, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a CBDU, assegurando transparência, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se em razão da impossibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos de água mineral a serem demandados, uma vez que o consumo está diretamente relacionado à quantidade de eventos realizados, ao número de participantes, à duração das atividades e às condições climáticas, variáveis que não podem ser previamente dimensionadas com exatidão. Tal circunstância enquadra-se nas hipóteses autorizadoras do SRP, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Política de Compras da CBDU, aplicável às contratações caracterizadas por demandas incertas, frequentes ou de difícil mensuração.

4.2. O Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade e eficiência administrativa, permitindo que as contratações sejam realizadas de forma parcelada e conforme a necessidade efetivamente verificada, evitando aquisições desnecessárias, reduzindo desperdícios e assegurando a continuidade do abastecimento durante os eventos promovidos pela CBDU.

5. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

5.1. Os atos administrativos pertinentes ao processo seletivo reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES, QUANTITATIVOS

6.1. As especificações contendo o descritivo, quantidade, seguem descritas abaixo:

ITEM	DESCRIPTIVO		QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	EVENO	LOCAL E PRAZO DA ENTREGA
I	ÁGUA MINERAL	Caixa contendo 48 (quarenta e oito) unidades de copos de água mineral natural, sem gás, com volume individual de 200 mL, envasada em conformidade com as normas sanitárias vigentes. A água deverá ser proveniente de fonte natural devidamente registrada junto ao órgão competente e o produto deverá possuir registro e/ou autorização de funcionamento sanitário, bem como laudo de análise físico-química e microbiológica, emitido pelo fabricante ou por laboratório acreditado, nos termos da legislação aplicável. Rotulagem: A embalagem individual deverá conter, de forma legível, no mínimo: marca do produto, local de origem, volume (mL), data de envasilhamento e data de validade, conforme normas da ANVISA.	2.000	Caixa	JUBs Praia 2026 – Guarapari/ES	Entrega na cidade de Guarapari/ES no dia 01/05/2026 em local a ser informado posteriormente.
II	ÁGUA MINERAL	Caixa contendo 48 (quarenta e oito) unidades de copos de água mineral natural, sem gás, com volume individual de 200 mL, envasada em conformidade com as normas sanitárias vigentes. A água deverá ser proveniente de fonte natural devidamente registrada junto ao órgão competente e o produto deverá possuir registro e/ou autorização de funcionamento sanitário, bem como laudo de análise físico-química e microbiológica, emitido pelo fabricante ou por laboratório acreditado, nos termos da legislação aplicável. Rotulagem: A embalagem individual deverá conter, de forma legível, no mínimo: marca do produto, local de origem, volume (mL), data de envasilhamento e data de validade, conforme normas da ANVISA.	2.000	Caixa	FISU WUC Combat Sports Brasília/DF	Entrega na cidade de Brasília/DF no dia 04/06/2026 em local a ser informado posteriormente.

III	ÁGUA MINERAL	<p>Caixa contendo 48 (quarenta e oito) unidades de copos de água mineral natural, sem gás, com volume individual de 200 mL, envasada em conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p> <p>A água deverá ser proveniente de fonte natural devidamente registrada junto ao órgão competente e o produto deverá possuir registro e/ou autorização de funcionamento sanitário, bem como laudo de análise físico-química e microbiológica, emitido pelo fabricante ou por laboratório acreditado, nos termos da legislação aplicável.</p> <p>Rotulagem: A embalagem individual deverá conter, de forma legível, no mínimo: marca do produto, local de origem, volume (mL), data de envasilhamento e data de validade, conforme normas da ANVISA.</p>	5.000	Caixa	JUBs Goiás 2026 Goiânia e Trindade/GO	Entrega na cidade de Goiânia/GO no dia 20/08/2026 em local a ser informado posteriormente.
-----	-----------------	---	-------	-------	--	--

6.2. Os quantitativos indicados por evento refletem estimativas baseadas no planejamento inicial e poderão ser ajustados para mais ou para menos, conforme a efetiva necessidade da CBDU, não constituindo obrigação de contratação integral ou vinculada aos eventos indicados.

6.3. A estimativa de quantitativos possui caráter meramente referencial, destinando-se unicamente ao planejamento da contratação e à definição dos limites máximos da Ata de Registro de Preços, não gerando direito subjetivo à contratação nem obrigação de aquisição integral ou parcial por parte da CBDU.

6.4. As contratações decorrentes da Ata observarão estritamente a demanda efetiva resultante da realização dos eventos, ações institucionais e programas esportivos universitários promovidos pela CBDU, condicionadas à disponibilidade orçamentária, ao interesse público e às condições administrativas pertinentes.

6.5. Essa sistemática preserva a natureza do Sistema de Registro de Preços, assegura flexibilidade administrativa, evita aquisições desnecessárias ou superestimadas e está em conformidade com a Política de Compras da CBDU e com os entendimentos consolidados dos órgãos de controle aplicáveis às contratações realizadas sob o regime de demanda incerta.

6.6. Todos os itens deverão ser de boa qualidade e em absoluta conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, e em conformidade com a legislação aplicável.

6.7. Os produtos deverão ser entregues intactos, sem danificações ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade deles, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

6.8. Todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega dos produtos correrão por conta da contratada,

6.9. Os produtos serão solicitados de acordo com a necessidade efetivamente verificada ao longo do período.

6.10. A CBDU não está obrigada a adquirir o quantitativo estimado, podendo realizar as contratações conforme a necessidade efetivamente verificada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, observados os princípios do planejamento, da economicidade e do interesse público.

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Para fins de aceitação do objeto, a CONTRATADA deverá apresentar, no momento da entrega ou sempre que solicitado pela CBDU, laudo de análise físico-química e microbiológica da água mineral, válido e emitido pelo fabricante ou por laboratório acreditado, comprovando a conformidade do produto com as normas sanitárias vigentes.

7.1.1. A exigência do laudo de análise não constitui requisito de habilitação, destinando-se exclusivamente à verificação da qualidade e conformidade do produto fornecido durante a execução contratual.

7.2. Os produtos serão fornecidos conforme a necessidade da CBDU, mediante solicitação formal por meio de Ordem de Compras e Serviços, devendo a CONTRATADA realizar a entrega impreterivelmente dentro do prazo nela estipulado, observado o prazo máximo previsto neste Termo de Referência.

7.3. Os produtos deverão ser entregues no local indicado no quadro do item 6.1 deste Termo de Referência.

7.3.1. Excepcionalmente, mediante justificativa da CBDU, poderá ser indicado outro local de entrega em território nacional, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, devendo tal informação ser comunicada à CONTRATADA em tempo hábil.

7.4. O prazo máximo para entrega será conforme descrito no quadro do item 6.1 deste Termo de Referência, salvo prazo diverso expressamente indicado na Ordem de Compra.

7.4.1. Eventual pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá ser formalmente justificado, devidamente comprovado e submetido à prévia autorização da CBDU, devendo ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos em relação ao término do prazo originalmente fixado, não constituindo sua apresentação direito automático à prorrogação.

7.5. A entrega deverá contemplar a totalidade da quantidade solicitada na respectiva Ordem de Compra, não sendo admitidas entregas parciais ou parceladas, salvo autorização expressa da CBDU.

7.5.1. O descumprimento desta condição poderá ensejar a recusa do objeto, a devolução dos produtos incompletos e a aplicação das penalidades previstas no Edital.

7.6. A simples entrega dos produtos não implica em seu recebimento definitivo, o qual somente ocorrerá após a verificação da conformidade técnica, quantitativa e qualitativa pela CBDU.

7.7. A CBDU designará empregado responsável pelo recebimento e conferência dos materiais. Constatadas irregularidades, inconformidades ou divergências em relação às especificações técnicas, a CONTRATADA será formalmente notificada e deverá proceder à substituição integral dos produtos em desconformidade, sem qualquer ônus para a CBDU, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da comunicação, salvo prazo diverso devidamente justificado e previamente aceito pela CBDU.

7.8. A CBDU poderá recusar total ou parcialmente o recebimento dos produtos que não atendam às especificações técnicas, padrões de qualidade ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, administrativa, ética ou profissional da CONTRATADA pela qualidade, segurança e conformidade dos produtos fornecidos, nos termos da legislação aplicável e deste instrumento.

7.10. Havendo necessidade de substituição, a CONTRATADA deverá providenciar, por meio de representante credenciado, a retirada dos produtos recusados no local indicado pela CBDU, em qualquer ponto do território nacional, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas úteis, contado do recebimento da comunicação formal.

7.11. A CONTRATADA ficará sujeita às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) quanto aos vícios aparentes ou ocultos, respondendo pela substituição, reparação ou ressarcimento, conforme o caso.

7.12. Na hipótese de recusa do objeto, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá proceder à substituição, no prazo estabelecido no item 7.7, ou, alternativamente, apresentar manifestação técnica devidamente fundamentada, demonstrando a improcedência da recusa, no mesmo prazo, contados do recebimento da comunicação, sem prejuízo da obrigação de substituição caso a manifestação não seja acolhida pela CBDU.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1. A proposta de preços deverá ser apresentada em estrita conformidade com este Termo de Referência, contemplando a descrição completa do objeto, com a indicação do valor unitário por item e do valor global da proposta, observadas todas as especificações técnicas, condições de fornecimento, prazos e exigências de personalização.

8.2. Os preços ofertados deverão ser firmes, completos e suficientes para a plena execução do objeto, devendo abranger todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, incluindo, mas não se limitando, às despesas com matérias-primas e insumos, processos produtivos, personalização dos itens, mão de obra direta e indireta, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, embalagens, seguros, transporte, fretes, despesas administrativas e operacionais, bem como quaisquer outros ônus indispensáveis ao cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a transferência desses custos à CBDU.

8.3. Quaisquer custos, despesas ou encargos omitidos, subestimados ou incorretamente dimensionados na proposta serão considerados implicitamente incluídos nos preços ofertados, não sendo admitidos pleitos posteriores de acréscimos, compensações financeiras ou ajustes de valores, ainda que tais omissões não tenham ensejado a desclassificação da proposta.

8.4. Não será admitida a apresentação de proposta com especificações técnicas divergentes das estabelecidas neste Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a verificação prévia das condições de fornecimento, prazos, locais de entrega e exigências de personalização.

8.4.1. A CONTRATADA deverá considerar, na formação de seus preços, que os produtos poderão ser solicitados de forma parcelada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a demanda efetiva da CBDU, não lhe assistindo direito a qualquer revisão de valores em razão da forma, quantidade ou periodicidade das solicitações.

8.4.2. A proposta deverá contemplar integralmente as condições logísticas e operacionais, inclusive a possibilidade de alteração do local de entrega em qualquer ponto do território nacional, conforme previsto neste Termo de Referência, sem ônus adicional para a CBDU.

8.4.3. Eventual subdimensionamento, erro de estimativa, omissão de custos ou inadequação da composição de preços será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo direito a pleitear reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer acréscimo de valores, ressalvadas apenas as hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.

8.5. A validade mínima da proposta será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

8.6. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, não serão admitidas revisões de preços fundamentadas em variações ordinárias de mercado, custos previsíveis ou riscos inerentes à atividade econômica, os quais são considerados assumidos pela CONTRATADA no momento da formulação da proposta.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA

9.1. As exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista serão aquelas usuais e compatíveis com a natureza do objeto, conforme disciplinado no Edital, em observância aos princípios da razoabilidade, da competitividade e do julgamento objetivo.

9.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelos participantes estarão expressamente definidos no Edital, observados os parâmetros necessários à verificação da capacidade de cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

9.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a empresa deverá demonstrar capacidade para o fornecimento do objeto mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem fornecimento anterior de produtos compatíveis com o objeto licitado, em quantitativo mínimo correspondente a 20% (vinte por cento) do item, admitida a soma de atestados.

9.3.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente e do responsável pela emissão do atestado;
- b) identificação da empresa proponente;
- c) descrição clara e objetiva dos produtos fornecidos, com indicação de sua compatibilidade com o objeto licitado;
- d) manifestação quanto à satisfação do contratante em relação ao fornecimento realizado.

9.4. A empresa proponente deverá disponibilizar, sempre que solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), todas as informações e documentos necessários à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, entre outros elementos, cópia do contrato que originou o fornecimento, identificação e endereço atual da contratante e informações adicionais que permitam a adequada diligência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir integralmente as disposições previstas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes, bem como atender, de forma

tempestiva e adequada, todas as solicitações e comunicações realizadas pela CBDU relacionadas ao fornecimento do objeto.

10.2. Observar, nos casos omissos, as normas, diretrizes e princípios estabelecidos na Política de Compras da CBDU, bem como a legislação aplicável às contratações.

10.3. Fornecer as caixas de água mineral em estrita conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e em sua proposta vencedora.

10.4. Arcar, de forma exclusiva, com todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, fretes, transportes e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre a fabricação, personalização, acondicionamento e entrega dos produtos, não sendo admitida a transferência de tais custos à CBDU.

10.5. Submeter-se à fiscalização da CBDU, prestando todos os esclarecimentos, informações e documentos que lhe forem solicitados, desde a fase de produção até o recebimento definitivo dos produtos, obrigando-se a atender prontamente às reclamações formalmente registradas.

10.6. Responder, de forma integral e exclusiva, por quaisquer danos, prejuízos ou perdas causadas à CBDU ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, própria ou de seus empregados, prepostos ou fornecedores, independentemente da aplicação de outras sanções contratuais ou legais.

10.7. Assumir inteira responsabilidade por danos decorrentes de fornecimento inadequado, defeituoso ou em desconformidade, inclusive aqueles verificados após o recebimento, sem prejuízo das obrigações de substituição, reparação ou ressarcimento.

10.8. Providenciar todos os meios necessários para assegurar a plena execução do fornecimento, inclusive em situações excepcionais, tais como greves, paralisações, dificuldades logísticas ou produtivas, que não serão admitidas como justificativa automática para descumprimento contratual.

10.9. Indicar formalmente preposto responsável, informando nome, endereço comercial, e-mail e telefone, para fins de recebimento de comunicações oficiais, ordens de fornecimento, notificações e demais atos relacionados à execução contratual.

10.10. Comunicar formalmente à CBDU, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos em relação à data prevista para entrega, a ocorrência de fato excepcional que possa comprometer o cumprimento do prazo, apresentando a devida comprovação, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CBDU, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Prestar à CONTRATADA as informações necessárias ao adequado fornecimento dos produtos, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência.

11.2. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de representante formalmente designado, registrando em instrumento próprio eventuais falhas, irregularidades ou ocorrências verificadas.

11.3. Verificar, no ato do recebimento, a conformidade dos produtos com as especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta e da legislação aplicável, adotando as providências cabíveis em caso de desconformidade.

11.4. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer anormalidade identificada no fornecimento, podendo recusar total ou parcialmente os produtos que não atendam às condições e especificações estabelecidas.

11.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades, para que sejam promovidas a substituição, correção ou reparação, conforme o caso, dentro dos prazos estabelecidos.

11.6. Exigir o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA e aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Edital e da legislação aplicável.

11.7. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos produtos, apresentação da Nota Fiscal/Fatura e comprovação da regularidade exigida, observadas as condições contratuais.

11.8. A CBDU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou fornecedores, no âmbito da execução contratual.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Será vedada a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida como o fornecimento do produto objeto desta contratação.

12.2. Excepcionalmente, poderá ser admitida a subcontratação de atividades acessórias ou complementares, tais como logística, transporte ou armazenamento, desde que:

- I – previamente comunicada e aprovada pela CBDU;
- II – não implique prejuízo à qualidade, aos prazos ou às condições pactuadas;
- III – não transfira à subcontratada a responsabilidade pelo cumprimento do objeto.

12.3. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a CBDU por todas as obrigações contratuais, inclusive aquelas executadas por eventual subcontratada.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes será acompanhada e fiscalizada por representante formalmente designado pela CBDU, ao qual competirá:

- I – verificar a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações técnicas;
- II – registrar ocorrências, falhas ou irregularidades;
- III – atestar o recebimento provisório e definitivo;
- IV – comunicar formalmente à CONTRATADAS quaisquer desconformidades.

14.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos, falhas ou prejuízos decorrentes da execução contratual.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento definitivo dos produtos, conforme solicitado na Ordem de Compras, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

15.2. O recebimento definitivo dos produtos ficará condicionado à verificação da conformidade técnica, quantitativa e qualitativa, nos termos do Edital, deste Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA.

15.3. Antes de cada pagamento, a CBDU realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

15.4. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA será formalmente notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar a situação ou apresentar defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, a critério da CBDU.

15.5. Persistindo a irregularidade ou sendo a defesa considerada improcedente, a CBDU poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes,

suspensão de pagamentos e instauração de procedimento para rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.6. Havendo fornecimento efetivo e regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados até a decisão final quanto à eventual rescisão, quando comprovado o interesse público devidamente justificado.

15.7. No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

15.8. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.

15.9. Na hipótese de rejeição da Nota Fiscal/Fatura por erro formal ou material, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da reapresentação válida do documento.

15.10. A CBDU reserva-se o direito de recusar total ou parcialmente o pagamento caso, no momento da atestação, os produtos não estejam em conformidade com as especificações contratuais.

15.11. A CBDU poderá deduzir dos valores devidos quaisquer quantias relativas a multas, indenizações ou ressarcimentos de responsabilidade da CONTRATADA.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas.

16.2. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INP/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da vigência contratual em vigor, mediante comunicação por escrito com pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

16.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.5. O reajuste será formalizado por apostilamento, não gerando direito automático, dependendo de comprovação da vantajosidade para a CBDU.

17. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer federação e confederação que não tenha participado do processo seletivo mediante anuência do órgão gerenciador.

18. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

18.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as empresas participantes poderão, de forma facultativa, reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora, por item, para fins de registro adicional de preços e formação de cadastro reserva.

18.2. O registro adicional ficará condicionado à análise e à aprovação da documentação de habilitação das empresas interessadas, nos termos e prazos estabelecidos no Edital.

18.3. A apresentação de propostas para fins de cadastro reserva não prejudicará o resultado do certame, nem implicará alteração da classificação, adjudicação ou condições pactuadas com a empresa vencedora.

18.4. Serão registrados preços de outros fornecedores exclusivamente quando iguais aos da proposta vencedora, por item, com o objetivo de formação de cadastro reserva, observada a ordem de classificação.

18.5. O cadastro reserva será utilizado exclusivamente nas hipóteses de exclusão, impedimento, inexecução total ou parcial, rescisão contratual ou impossibilidade de atendimento pelo fornecedor originalmente registrado, respeitadas as condições e a ordem previstas na Ata de Registro de Preços.

19. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contanto da data da assinatura por parte da CONTRATADA, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que a pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. As sanções encontram-se dispostas no Edital e no Contrato ou outro documento equivalente.

21.2. As penalidades previstas no Edital e no Contrato, ou outro documento equivalente não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de forma maior ou caso fortuito.

22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. Serão observadas as diretrizes de sustentabilidade previstas na Política de Compras da CBDU, sempre que compatíveis com o objeto.

22.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a contratada deverá, preferencialmente, na medida do possível, ater-se às diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista; origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos serviços contratados.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de mercado, nos termos da Política de Compras da CBDU, e encontra-se formalizado em documento apartado, devidamente classificado, podendo ter caráter sigiloso, sem prejuízo do acesso pelos órgãos de controle.

23.2. A CONTRATANTE poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades, inicialmente previstas, respeitados os limites da Política de Compras da CBDU e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da CONTRATADA.

23.3. Em caso de rescisão do contrato que vir a ser assinado, a CBDU poderá convocar a participante que tiver melhor preço subsequente neste processo de seleção, sem que caiba ao vencedor nenhuma cobrança de eventuais despesas realizadas pelas obrigações assumidas até a data de rescisão.

ALESSANDRO BATTISTE GOMES

Diretor de Esportes e Eventos